



## EXPERIÊNCIAS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ENSINO FUNDAMENTAL

Aline Luiz Camargo<sup>1</sup>

alineluizcamargo@outlook.com

### Resumo

*O presente trabalho tem como propósito relatar o estágio supervisionado realizado no Ensino Fundamental II, visando as experiências vividas no ambiente escolar - a do professor em formação - correlacionando o conhecimento teórico que foi adquirido no decorrer das aulas presenciais da disciplina Estágio Supervisionado III com a prática pedagógica, constituída de observações e de regência de aulas. O estágio foi realizado em uma escola pública, cujo alunado é predominantemente de bairros periféricos nos arredores da mesma. O trabalho foi desenvolvido nas aulas de geografia junto a três turmas do Ensino Fundamental, 8º ano/7ª série, regularmente matriculados no período vespertino. O período de observação e regência foi uma oportunidade para entender, compreender e analisar a situação das escolas na atualidade, as dificuldades e os incentivos, o papel como docente no processo educativo dos alunos e as relações existentes no ambiente escolar, contribuindo para a nossa formação como futuros profissionais do ensino.*

**Palavras-chave:** teoria e prática, formação para a docência, educação.

### Introdução

O presente trabalho tem o objetivo de descrever e produzir aprendizagens para a docência, como resultado das experiências realizadas na última etapa do estágio supervisionado, disciplina obrigatória do curso de *Licenciatura Plena em Geografia* da *Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho – UNESP*, campus Rio Claro, SP. O estágio foi realizado em uma escola da rede estadual, situada em Rio Claro, SP. Foram observadas três classes de 8º ano/ 7ª série, do ensino fundamental, todas no período vespertino, com média de 35 alunos por classe. O professor F nos recebeu, tornando-se corresponsável, juntamente com a *Instituição de Ensino Superior*, pela nossa formação inicial.

---

<sup>1</sup> Licenciada em Geografia pela Universidade Paulista “Júlio Mesquita Filho” (UNESP), campus Rio Claro, SP.



O primeiro contato direto se deu por meio de observações durante as aulas ministradas pelo professor de geografia, nela tivemos a oportunidade de acompanhar a rotina dos alunos para os quais iríamos atuar. Esse período dos estágios foi muito significativo, pois possibilitou uma percepção mais realista da interação professor/aluno, principalmente, em relação a maneira como os alunos concebem o conhecimento. Essa análise permitiu conhecer as estratégias que o professor utilizou para o ensino/aprendizagem, gerência da sala de aula, e a resolução das possíveis incivildades/indisciplinas que ocorreram durante a prática pedagógica.

Vimos que o período de regência é um momento de colocarmos em prática o que foi aprendido, além de, entender, analisar, compreender e refletir sobre a prática docente, já que a teoria aprendida nas aulas presenciais oferecidas pelo curso não supre as necessidades que vão surgindo ao longo da vida profissional.

Assim, percebemos a importância na iniciação à docência, da necessidade desses primeiros contatos, das primeiras impressões, de compreender qual o papel do educador, de reformular conceitos e de refletir sobre eles; momento de conciliar a teoria e a prática, de compartilhar e construir novos conhecimentos, de reconhecer que independente da forma, a educação, qualquer que seja, é sempre uma maneira de colocar teorias do conhecimento em prática (FREIRE, 1981).

### **Fundamentação Teórica**

Na situação atual da educação, o ensino tem se aproximado progressivamente das instâncias mercadológicas, que por sua vez, detém poder econômico, controlando e ditando as regras do que e como deve ser aprendido, quando o direito de todos à educação, deveria ser garantido, conforme presente na Constituição Federal de 1988, Art. 205; “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p.96).

Assim, podemos entender que o papel atribuído aos docentes – contribuir com o processo de aprendizagem dos alunos, estimulando o desenvolvimento de suas capacidades perceptivas e intelectuais, visando formar pessoas capazes de refletir e agir ativamente na sociedade – passa a ser uma tarefa árdua.

Surgem, portanto, muitas inquietações de como podemos construir e produzir novas formas de entender a realidade, novos pensamentos e novas atitudes, ressignificando a educação como o caminho para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa em um meio tão controverso.

É neste ambiente que nos depararemos em nosso percurso como profissionais do ensino, onde devemos buscar burlar estas instâncias dominadoras e exercer o papel transformador para a construção de novas perspectivas sociais. Concordamos com Libâneo (1994), ao enfatizar que o interesse do educador, vai além da manutenção e reprodução das estruturas sociais. “Queremos saber quais processos e ações podemos fazer com que haja rupturas mudanças e movimentos, produzindo novas estruturas e novas posições” (p. 69).

Partindo da formação de educadores, a atual necessidade é unir a teoria ensinada nas instituições formadoras, à prática, como meio de dar ferramentas e condições para que profissionais da educação possam lidar com as situações que irão enfrentar em suas carreiras, abrindo espaço para novas experiências pedagógicas.

Assim, o estágio vem como uma oportunidade de aprendizagem, numa “via de mão dupla” já que o estagiário – que ainda mantém vínculo direto com o conhecimento acadêmico – e docente – que é munido de uma bagagem teórica e da práxis –, podem juntos, produzir novos conhecimentos a partir da interação em sala de aula.

Aprender a profissão docente no decorrer do estágio supõe estar atento às particularidades e as interfaces da realidade escolar em sua contextualização na sociedade” [...] A identidade se constrói com base no confronto entre a teoria e as práticas, na análise sistemática das práticas à luz das teorias, na elaboração das teorias, o que permite caracterizar o estágio como um espaço de mediação reflexiva entre a universidade, a escola e a sociedade. (PIMENTA, 2011, p.11-112).

O cotidiano escolar é permeado por situações dicotômicas, trazidas não só pela equipe gestora, mas principalmente pelos alunos, que por sua vez, mostram a importância da atualização constante do profissional, para que este, possa desconstruir as implicações mercadológicas já citadas anteriormente. Tal atualização deve abranger desde a utilização dos instrumentos até a renovação das técnicas e processos de ensino, sempre levando em consideração, a necessidade de adquirir e interpretar a realidade escolar. As técnicas têm caráter instrumental, pode-se afirmar que elas encontram sua razão de ser no serviço que prestam. No



entanto, conhecê-las teoricamente não garante seu sucesso. A maneira de utilizá-las é que define seu potencial. (VEIGA, 1993, p.27)

A rotina escolar não implica somente em repassar os conhecimentos, mas também em um conjunto regulatório proposto pelo Estado, como direcionamentos a serem seguidos durante o processo de ensino/aprendizagem através dos conteúdos e habilidades a serem trabalhados, que deveriam facilitar, porém, acabam enrijecendo o processo educativo.

Esse processo é direcionado pelas unidades escolares através do *Projeto Político Pedagógico*, que segundo Veiga (2003, p. 272) “está voltado para a burocratização da instituição educativa, transformando-a em mera cumpridora de normas técnicas e de mecanismos de regulação convergentes e dominadores”. Ainda segundo Veiga:

O projeto político-pedagógico e a avaliação nos moldes inovadores das estratégias reformistas da educação são, portanto, ferramentas ligadas à justificação do desenvolvimento institucional orientada por princípios da racionalidade técnica, que acabam servindo à regulação e à manutenção do instituído sob diferentes formas. Este é o desafio a ser enfrentado: compreender a educação básica e superior no interior das políticas governamentais voltadas para a inovação regulatória e técnica para buscar novas trilhas (2003, p.272).

Surge a partir daí, a necessidade de unir toda a equipe escolar – da gestão ao corpo docente – a fim de buscar soluções através de discussões e ações que minimizem os empecilhos causados por instrumentos normativos, que acabam por engasgar o processo de ensino. Nesse sentido vemos em Veiga (2003) que o modo emancipatório de inovar é de natureza ético-social e cognitivo-instrumental, tendo como objetivo a melhora da formação conforme exigências éticas, sendo a inovação, resultado do pensar a realidade da instituição, considerando o contexto social.

Neste sentido, professores, alunos e tudo que compõe o contexto escolar, integram a dinâmica das relações sociais, sendo então, a escola um meio influenciável do ponto de vista, econômico, político e cultural, da sociedade, surgindo então à necessidade de planejar através das dinâmicas concretas vivenciadas na sociedade (LIBÂNEO, 1994).

Partindo da citação acima, entende-se que o uso dos instrumentos regulatórios, podem apresentar resultados emancipatórios, mas para tal, é necessário que haja o protagonismo da equipe gestora, do professor e do aluno. O *Caderno do Aluno*, proposto pelo *Governo do Estado de São Paulo*, tende a ser um instrumento regulatório e homogeneizador, pois parte do pressuposto de que todo aluno do estado tem a mesma condição de aprendizagem e de percurso

educacional. Não cabe neste texto aprofundar a crítica a este instrumento, mas sim, a de problematizar o seu uso sem um prévio planejamento. Sobre isto, Libâneo afirma que:

Os planos e programas oficiais de instrução constituem, portanto, um outro requisito prévio para o planejamento. A escola e os professores, porém, devem ter em conta que os planos e programas oficiais são diretrizes gerais, são documentos de referência, a partir dos quais são elaborados os planos didáticos específicos. Cabe à escola e aos professores elaborar os seus próprios planos, selecionar os conteúdos, métodos e meio de organização do ensino, em face das peculiaridades de cada região, de cada escola e das particularidades e condições do aproveitamento escolar dos alunos. (LIBÂNEO, 1994, p.228).

Muito dessa situação foi vivenciada durante o período do estágio, cujo professor utilizou-se do material didático oferecido pelo governo de São Paulo, constituído pelos Cadernos do Aluno e do Professor para a disciplina Geografia, para elaborar o seu plano de ensino e de aula, buscando elencar elementos extras para desenvolver uma aula de qualidade, visando a participação efetiva dos alunos. Assim, percebe-se a importância de se adquirir postura proativa, crítica e criativa, diante das imposições, para que haja rupturas e mudanças.

### **Relatos da prática docente**

Este trabalho foi plenamente desenvolvido a partir das experiências em sala de aula e pode ser caracterizado também como um estudo exploratório. Para a obtenção de dados, foi feita análise documental – *Caderno do Aluno*, 8º. ano, volume 2 – , a observação participante e a regência de aulas de Geografia.

A análise documental foi introduzida em nosso trabalho pelo fato da mesma fornecer possibilidades de reunir informação relevante relacionada à pesquisa (TRIVINÕS, 1987), neste caso a pesquisa do professor sobre seu próprio trabalho. Além dos documentos e da observação, para que fosse possível a realização de uma práxis, foi feito o levantamento e o estudo bibliográfico. A observação participante e a regência de aulas possibilitaram a coleta de dados referentes à importância do planejamento, da seleção de metodologias e materiais didáticos apropriados para o conteúdo curricular selecionado para a aula. Durante todo o processo as professoras em formação construíram registros e reflexões que, ao final, possibilitaram uma investigação sobre as práticas em sala de aula, enriquecendo e reconstituindo o processo de formação inicial.



A primeira turma acompanhada foi o 8º ano 1. Notou-se que o professor desenvolveu a aula de maneira bastante próxima do que chamamos de tradicional. No primeiro momento recebeu os alunos e logo em seguida fez a chamada; durante este processo houve muita agitação. Em seguida, foram retomadas as atividades anteriores, sendo que o tema da aula foi Energias Renováveis. O professor fez as correções e deu o visto no caderno dos alunos.

No 8º ano 2, o conteúdo foi o mesmo, sendo a maior parte da aula desenvolvida de forma expositiva, com uma parte reservada para correção das atividades propostas no *Caderno do Aluno*. Mesmo com a agitação dos alunos, o docente conseguiu atrair a atenção deles para as atividades. O professor buscou incitar a curiosidade dos discentes, levando-os a ter maior participação, fazendo perguntas relativas ao cotidiano. Aqui denota-se a tentativa por parte do professor de desenvolver uma aula que fugia do tradicional, baseada no diálogo e na consideração dos saberes dos alunos.

Como na turma 2, o 8º ano 3 também estava agitado. Devido às pendências de muitas tarefas dos alunos, o professor permitiu que os mesmos terminassem as atividades do *Caderno do Aluno*, cuja temática trabalhada foi As Matrizes Energéticas Brasileiras. A indisciplina de alguns alunos da classe provocava uma frequente interrupção da aula e o professor muitas vezes tinha que parar o assunto proposto para reorganizar a turma. Para controlar e minimizar a agitação, o docente recorreu à estratégia da recompensa e punição, citando possibilidades de rebaixamento da nota de participação. Durante as observações feitas, percebeu-se que os alunos desta turma eram menos participativos e conversavam muitos assuntos aleatórios entre si.

Diante dessas observações da prática docente e acompanhamento das turmas, foi constatada a necessidade de trabalhar com uma atividade mais dinâmica, interativa e prática, cuja intenção seria a de instigar a curiosidade e correlacionar o tema com o cotidiano dos alunos. A temática trabalhada nas aulas de regência foi Recursos Minerais, dando continuidade ao programa do professor.

Na fase de planejamento, o plano de aula foi organizado de acordo com as particularidades das turmas. O conteúdo, os métodos e a organização do material foram feitos a partir das considerações que desenvolvemos e as discussões que tivemos após as observações da prática do docente e do ambiente escolar.

As aulas foram expositivas e dialogadas, buscando sempre trazer exemplos do cotidiano dos alunos, acrescentando-se a apresentação de material didático (amostras de minerais e

rochas). Exemplificamos e apresentamos fotos de feições geológicas/geomorfológicas, mapa geológico de Rio Claro – escala de 1:50.000 – e os tipos de recursos minerais extraídos da região. Os alunos demonstraram muito interesse e curiosidade diante do material, os mesmos foram participativos e receptivos.

Do planejamento constava a exibição em sala de aula do documentário *Enquanto o trem não passa*, que aborda a mineração no Brasil, mas não foi possível assistirmos devido às falhas nos equipamentos. Mesmo diante deste imprevisto, a discussão se desenvolveu muito bem, os alunos foram participativos e estavam bem receptivos quanto às novidades introduzidas nas aulas. Houve alguns momentos de indisciplina que foram contidos pelo professor.

### **Considerações finais**

A experiência do estágio contribuiu de forma significativa para aguçar a percepção e nossa compreensão das relações que compõem uma escola, momento muito oportuno e reflexivo para futuros docentes.

Pensar a prática docente e todos os instrumentos que a direcionam, mostra o quanto a criticidade é importante e o quanto ela deve ser um elemento constante durante a vida profissional, para reconhecer e se desenvolver em todos os elementos que compõe a educação.

O período *Estágio Supervisionado III* possibilitou a visão da estrutura escolar e a ampliação de determinadas inquietações que são de suma importância para a práxis docente. Não só sobre quais os conteúdos precisam ser trabalhados, mas a necessidade de desenvolver a percepção e compreensão de todo o contexto escolar. A turma observada possibilitou pensar sobre a importância de estar atento às diferenças culturais e sociais que estão presentes no trabalho do professor e que, em muitas oportunidades, surgem como impeditivos da aprendizagem e da convivência escolar.

### **Referências Bibliográficas**

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Edição administrativa atualizada. Brasília, DF: Senado Federal, 2010. 384 p.



FREIRE, P. **Educação e Mudança**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LIBÂNEO, J.C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

PIMENTA, S. G. **Estágio e Docência**. São Paulo, Cortez, 2011.

VEIGA, I.P.A. **Inovações e Projeto Político-Pedagógico**: uma relação regulatória ou emancipatória? Caderno Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 13 de Abril de 2019.

VEIGA, I.P.A. **Técnicas de ensino**: Por que não? (org)-21ª ed- Campinas, SP: Papirus, 1993.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.